

NEWSLETTER DIGESTO N.º 04/2018

Disponibilização: 26 de fevereiro de 2018

Período abrangido: 12 a 23 de fevereiro de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Proteção Civil
2. Administração Pública
3. Agricultura
4. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
 - Ordenamento do Território
5. Defesa
6. Economia
 - Atividade Económica
 - Energia
 - Turismo
7. Educação e Ensino Superior
8. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Finanças Públicas e Orçamento
 - Sistema Financeiro
9. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Justiça Constitucional
10. Juventude
11. Mar

12. Negócios Estrangeiros

- Assuntos Europeus
- Negócios Estrangeiros e Cooperação

13. Regiões Autónomas

- Açores

14. Saúde

15. Solidariedade Social

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2018, de 20 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina um conjunto de iniciativas sobre a divulgação, verificação e cumprimento do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto Regulamentar n.º 4/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Administração Pública)

Identifica os níveis remuneratórios da tabela remuneratória dos trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica.

3. AGRICULTURA

[Despacho \(extrato\) n.º 1927/2018, de 22 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação)

Fixa, a nível nacional e para o ano de 2018, as regras e os critérios de elegibilidade e de prioridade e os procedimentos administrativos a observar na distribuição de autorizações para novas plantações de vinha.

[Despacho n.º 1928/2018, de 22 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.)

Aprova os modelos dos selos de garantia para o vinho com a Denominação de Origem Protegida (DOP) Porto.

4. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Despacho n.º 1607/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Cria e publica o Regulamento de atribuição do incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões 2018.

[Aviso n.º 2434/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso atinente ao apoio de políticas ambientais financiando entidades, atividades ou projetos que contribuam para a adaptação às alterações climáticas.

[Aviso n.º 2435/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso tendente a apoiar a antecipação de obrigações constantes do Regulamento de Gases Fluorados (Regulamento (EU) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014), a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por via da promoção da utilização de gases fluorados com menor Potencial de Aquecimento Global (PAG), e a incentivar a implementação do Regulamento Gases Fluorados como previsto no Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030.

[Aviso n.º 2436/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso, ao qual se atribuiu a sigla DURE - Desenhar, Usar e Regenerar, para impulsionar uma nova abordagem aos plásticos na economia.

[Aviso n.º 2437/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso tendente a incentivar a consciencialização das entidades para a problemática da emissão de GEE provenientes dos processos industriais e a promover ações que mitiguem essas emissões na indústria com ênfase nas emissões de processo.

[Despacho n.º 1884/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Determina a taxa de apreciação e aprovação do Plano de Gestão de Lamas para o ano de 2018.

[Aviso n.º 2605/2018, de 23 de fevereiro](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Procede à execução dos planos de implementação validados na primeira fase do Aviso n.º 6907/2017, de 22 de junho, atinente ao Programa «Apoiar a Transição para uma Economia Circular: Fase I».

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020).

[Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro](#)
(Administração Interna)

Clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível nas faixas secundárias de gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, alterando (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

Portaria n.º 51-A/2018, de 19 de fevereiro
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 342-A/2017, de 9 de novembro, que estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime do apoio n.º 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), e que fixa o montante global disponível para os apoios incluídos no seu âmbito de aplicação.

Lei n.º 5/2018, de 20 de fevereiro
(Assembleia da República)

Prorroga o mandato da Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal continental.

Portaria n.º 55/2018, de 22 de fevereiro
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 1.1, «Grupos Operacionais», da medida n.º 1, «Inovação» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

Despacho n.º 1913/2018, de 22 de fevereiro
(Administração Interna e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado da Proteção Civil e das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina, no âmbito da prevenção de incêndios florestais, as áreas prioritárias para a fiscalização da gestão de combustível.

- **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

[Regulamento n.º 104/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Ambiente - Direção-Geral do Território)

Aprova os termos e condições para o levantamento dos processos de reconversão de áreas de génese ilegal (AUGI) e cria a plataforma eletrónica SI-AUGI.

5. DEFESA

[Decreto-Lei n.º 9/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Defesa Nacional)

Altera (sétima alteração) a Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2017/2054, da Comissão, de 8 de novembro de 2017.

[Portaria n.º 112/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a empregar e sustentar em 2018, como contributo de Portugal para a missão EUTM Somália, um efetivo até dois militares para exercer funções no quartel-general da missão, na Somália.

[Portaria n.º 113/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a empregar e sustentar em 2018, como contributo de Portugal para a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), um efetivo de um militar para exercer funções no quartel-general da missão, no Afeganistão.

[Despacho n.º 1635/2018, de 16 de fevereiro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Aprova o texto respeitante ao "Protocolo de Implementação" (Implementig Arrangement to the acquisition and cross servicing agreement between the Department of Defense of the USA and the Ministry of Defense of Portugal), tendo em vista a Força Nacional Destacada a aprontar para o Afeganistão.

[Portaria n.º 115/2018, de 16 de fevereiro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza a empregar e sustentar, como contributo de Portugal para a Missão de Formação Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA), até quarenta e nove militares destacados no quartel-general da EUTM RCA, em Bangui, por um período até doze meses, e um militar destacado na célula de apoio, em Bruxelas, por um período até doze meses.

[Portaria n.º 56/2018, de 23 de fevereiro](#)
(Finanças e Defesa Nacional)

Determina normas técnicas para processamento dos descontos da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas.

6. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Lei n.º 6/2018, de 22 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas.

- ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Economia)

Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2018, de 19 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova um conjunto de medidas com vista à atualização do regime jurídico da Zona Piloto para energias renováveis oceânicas.

- TURISMO

[Regulamento n.º 115/2018, de 16 de fevereiro](#)
(Economia - Instituto do Turismo de Portugal, I. P.)

Aprova os requisitos técnicos do sistema técnico de jogo quando os jogos e as apostas online são explorados em liquidez partilhada.

7. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Despacho Normativo n.º 4-A/2018, de 14 de fevereiro](#)
(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação)

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário.

8. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 51/2018, de 16 de fevereiro](#)

(Finanças)

Altera o conjunto de documentos que integram o dossier fiscal a que se refere o artigo 1.º da Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro, e aprova os modelos do mapa a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, que estabelece um regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento.

- **FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO**

[Portaria n.º 48/2018, de 14 de fevereiro](#)

(Finanças, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Identifica quais as estâncias aduaneiras sob jurisdição nacional em que são executadas as verificações e formalidades relativas à importação e exportação na União Europeia de espécimes de espécies incluídas nos anexos A, B, C ou D do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de dezembro de 1996.

[Declaração n.º 7/2018, de 15 de fevereiro](#)

(Finanças - Direção-Geral do Orçamento)

Publica a conta provisória de janeiro a dezembro de 2017.

- **SISTEMA FINANCEIRO**

[Aviso n.º 1989/2018, de 13 de fevereiro](#)

(Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Publicita as Taxas Supletivas de Juros Moratórios, a vigorar no 1.º semestre de 2018.

9. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa jurisprudência nos seguintes termos: «A simples falta de observância do prazo de 48 horas, imposto no n.º 4 do art. 188.º do CPP, para o M.º P.º levar ao juiz os suportes técnicos, autos e relatórios referentes a escutas telefónicas, constitui nulidade dependente de arguição, nos termos dos art.s 190.º e 120.º, ambos do Código de Processo Penal.».

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2018, de 13 de fevereiro](#)
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: «Em caso de concurso de crimes, as penas acessórias de proibição de conduzir veículos com motor, com previsão no n.º 1, alín. a), do artigo 69.º do Código Penal, estão sujeitas a cúmulo jurídico».

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2018 - Diário da República n.º 35/2018, Série I de 2018-02-19 114701913](#)
(Supremo Tribunal de Justiça)

Estabelece a seguinte uniformização: «O documento que seja oferecido à execução ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, alínea, c), do Código de Processo Civil de 1961 (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro), e que comporte o reconhecimento da obrigação de restituir uma quantia pecuniária resultante de mútuo nulo por falta de forma legal goza de exequibilidade, no que toca ao capital mutuado».

- **JUSTIÇA CONSTITUCIONAL**

- [Acórdão \(extrato\) n.º 672/2017, de 15 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma extraível do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, de acordo com a qual não é passível de recurso o acórdão da Relação que, perante absolvição ocorrida em 1.ª instância, condene o arguido em pena de multa alternativa, atentando, no âmbito do estabelecimento das consequências jurídicas do crime subjacente a tal condenação, apenas nos factos tidos por demonstrados na sentença absolutória.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 717/2017, de 15 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma decorrente do n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, quando interpretada no sentido em que os encargos financeiros suportados por uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS) com prestações acessórias, realizadas sob a forma de prestações suplementares, às empresas suas participadas, relevam para a determinação do lucro tributável.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 718/2017, de 15 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa retirada do artigo 54.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com o sentido de que a não impugnação judicial de atos de indeferimento de pedidos de reconhecimento do estatuto de residente não habitual impede a impugnação judicial das decisões finais de liquidação do imposto com fundamento em vícios daqueles.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 785/2017, de 15 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Decide que os membros do Conselho de Administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais se encontram sujeitos ao dever de apresentação de declaração de património, rendimentos e cargos sociais estabelecido no artigo 1.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 828/2017, de 15 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa, extraída dos artigos 4.º, 6.º, n.º 5, 7.º e 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro, segundo a qual, o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário é inaplicável aos trabalhadores do IFAP, I. P., por ele abrangidos, ainda que filiados em sindicatos subscritores do mencionado acordo coletivo de trabalho; não julga inconstitucionais os artigos 4.º, 6.º, n.º 5, 7.º e 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro, interpretados no sentido de, pela sua aplicação conjugada, tornar prescindível a participação do Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários e do Sindicato Independente da Banca na elaboração do Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro; não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro, segundo a qual, com a entrada em vigor desse diploma, o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário deixa de ser aplicável aos trabalhadores do IFAP, I. P., por ele abrangidos.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 609/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma que determina o posicionamento dos procuradores-adjuntos aprovados nos cursos especiais regulados pela Lei n.º 95/2009, de 2 de setembro, na lista de antiguidade, numa posição abaixo da dos magistrados graduados em curso teórico-prático regulado pela Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que se tenha iniciado em data anterior à do curso especial em causa, interpretativamente retirada do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 95/2009, de 2 de setembro.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 608/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 8.º, n.º 2, do Código das Expropriações (aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro), quando restringe os danos indemnizáveis às hipóteses nele previstas, não consentindo a indemnização da perda da potencialidade edificativa resultante da imposição de uma servidão non aedificandi, de proteção a uma autoestrada, sobre parte de um prédio classificável como solo apto para a construção antes da constituição da servidão.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 652/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do 27.º, n.º 6, do Regulamento das Custas Processuais (com referência à norma do artigo 672.º, n.º 4, do Código de Processo Civil), em articulação com a norma do artigo 531.º do Código de Processo Civil, na interpretação segundo a qual não cabe recurso de um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido pela formação prevista no artigo 672.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, que condene uma parte em taxa sancionatória excecional; julga inconstitucional a norma contida no artigo 531.º do Código de Processo Civil, na interpretação segundo a qual a decisão constante de um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido pela formação prevista no artigo 672.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, que condene uma parte em taxa sancionatória excecional não tem de ser precedida da audição da parte interessada.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 671/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação do artigo 47.º, n.º 2, do Código de Processo Civil (na redação introduzida pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho), segundo a qual, sendo obrigatória a constituição de advogado, a renúncia ao mandato não produz efeitos enquanto não decorrer o prazo de 20 dias, concedido ao mandante para constituir mandatário.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 728/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga organicamente inconstitucional o n.º 5 do artigo 67.º do Estatuto da Entidade Reguladora da Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 812/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma ínsita no artigo 96.º, n.º 2, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto), no sentido de que estabelece a irrecorribilidade das deliberações da 2.ª Secção que aprovem relatórios de verificação de contas ou de auditoria quando os mesmos emitam e apliquem juízos de censura aos visados e responsáveis financeiros.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 819/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucionais as normas contidas nos n.ºs 5 e 6 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 195-A/76, de 16 de março, interpretados no sentido de permitirem o reconhecimento de uma relação de enfiteuse constituída por usucapião, tendo em vista a sua extinção, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo; julga inconstitucional a norma contida no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 195-A/76, de 16 de março, interpretada no sentido de a extinção do direito correspondente ao domínio direto numa relação jurídica de enfiteuse, com a consolidação da propriedade plena na esfera jurídica do titular do domínio útil, por força do disposto no artigo 1.º, n.º 1, do referido Diploma, não conferir direito a indemnização.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 841/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional o n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de dezembro (na parte em da mesma se conhece), interpretado no sentido de dispensar as sociedades gestoras das intervenções no âmbito do Programa Polis e as entidades que emitem as declarações de utilidade pública de fundamentar, caso a caso, o carácter urgente de cada declaração, apreciando, em concreto, a adequação, a necessidade e a proporcionalidade da expropriação do direito de propriedade; não julga inconstitucional o n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de dezembro em conjugação com o artigo 11.º do Código das Expropriações, interpretados no sentido de que a entidade expropriante pode dispensar, em procedimento expropriativo urgente, a tentativa de aquisição do bem expropriado por via do direito privado.

- [Acórdão \(extrato\) n.º 851/2017, de 16 de fevereiro](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 380.º, n.º 1, alínea b), do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de «o tribunal ter deferido pedido de retificação de erro por si cometido no acórdão retificado, irrecorrível, no que respeita à datação do cometimento de um crime, que passou de posterior a anterior à data decisiva para a integração da respetiva condenação no concurso de crimes e no cálculo da correspondente pena única, mas ter recusado emprestar consequência prática à retificação, através da reformulação do cúmulo».

10. JUVENTUDE

[Portaria n.º 50/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Educação)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 57/97, de 25 de janeiro, que cria o Programa Jovens Criadores.

[Regulamento n.º 124/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.)

Publica o Regulamento do Programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».

11. MAR

[Portaria n.º 47/2018, de 12 de fevereiro](#)
(Mar)

Altera o Regulamento do Regime de Apoio à Recolha de Dados no Quadro da Política Comum das Pescas, aprovado pela Portaria n.º 63/2016, de 31 de março.

[Despacho n.º 1608/2018, de 15 de fevereiro](#)
(Mar - Gabinete da Ministra)

Determina a elaboração do plano para a aquicultura em águas de transição.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- ASSUNTOS EUROPEUS

[Resolução da Assembleia da República n.º 52/2018, de 20 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberta a assinatura em Saint-Denis, em 3 de julho de 2016.

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 2407/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna público as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de março de 2018.

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 7/2018/A, de 14 de fevereiro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2016.

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2018/A, de 22 de fevereiro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o novo regime jurídico de gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça na Região Autónoma dos Açores.

14. SAÚDE

[Despacho n.º 1874/2018 - Diário da República n.º 37/2018, Série II de 2018-02-21 114735606](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Reconhece, como Centros de Referência na área de Oncologia de Adultos - Cancro do Reto, o Centro Hospitalar Leiria e o Centro Hospitalar Tondela Viseu.

[Despacho n.º 1876/2018 - Diário da República n.º 37/2018, Série II de 2018-02-21 114735608](#)
(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Determina e estabelece disposições para a faturação e pagamento das prestações de saúde realizadas a utentes que se identifiquem com o Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD), com o Certificado Provisório de Substituição do CESD ou com o documento portátil S2.

15. SOLIDARIEDADE SOCIAL

[Portaria n.º 52/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera a Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o rendimento social de inserção e procede à fixação do valor do rendimento social de inserção - RSI), atualizando o valor de referência do RSI para 2018.

[Portaria n.º 53/2018, de 21 de fevereiro](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Atualiza o valor de referência do complemento solidário para idosos (CSI) bem como o complemento solidário para idosos atribuído.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

Decreto-Lei n.º 9/2018, de 12 de fevereiro

(Defesa Nacional)

Altera (sétima alteração) a Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2017/2054, da Comissão, de 8 de novembro de 2017.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão